



Apresentação

Olá, tudo bem?

Não sei se você sabe, mas eu me chamo Natália Bonavides. Sou advogada, mestre em direito constitucional e estou exercendo o mandato de deputada federal pelo PT desde o começo de 2019. Fui eleita com 112.998 votos, uma confiança que tenho me esforçando diariamente para corresponder.

Nestes tempos tão difíceis, em que o governo Bolsonaro ataca cotidianamente a educação pública, temos feito um firme enfrentamento em defesa deste direito e queria compartilhar algumas de nossas ações e opiniões com você.

Onde estou atuando

Atualmente, estou como titular da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, lugar em que os grandes debates estão ocorrendo e onde nossa posição tem sido frear as medidas de Bolsonaro e apresentar propostas que melhorem e contribuam com a educação pública.

Também estou como relatora de uma subcomissão especial responsável por monitorar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE). Integro, ainda, a comissão especial que está discutindo as mudanças no Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, além de participar da subcomissão permanente de educação superior e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, como suplente.

Alguns de nossos projetos e ações

Queria destacar alguns dos projetos e ações legislativas que apresentamos até agora, relacionados ao tema da educação. Caso tenha alguma opinião, crítica ou sugestão pode entrar em contato com a gente. **(VEJA NO VERSO)**

Educação Democrática

Nosso projeto de lei nº 1.189/2019 assegura princípios como a liberdade de aprender e ensinar, vedando qualquer forma de censura. É uma garantia ao pluralismo de ideias, a promoção dos direitos humanos e a gestão democrática.

Frequência Escolar

Apresentamos o projeto de lei nº 3.159/2019 para estabelecer que a educação domiciliar não poderá substituir a frequência escolar. O projeto, em consonância com a Constituição Federal, busca aperfeiçoar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para destacar que a educação domiciliar não poderá substituir a frequência à escola, a qual é parte inalienável do direito público subjetivo à educação básica.

Estagiárias Grávidas

Relatamos na Comissão de Educação o projeto de lei nº 7.109/2010, que assegura à estudante grávida o regime de exercícios domiciliares. Em nosso parecer, fomos favoráveis à ampliação do período de 90 para 120 dias, sem prejuízo da duração de seu contrato de estágio. Também acrescentamos em nosso relatório a extensão deste mesmo direito para os pais estagiários, que poderão deixar de comparecer ao estágio, sem prejuízo da bolsa, pelo período de cinco dias, contados da data de nascimento do filho.



Sobre a militarização das escolas

A proposta de militarização das escolas, apresentada como pretensa solução para elevar a qualidade do ensino e para a redução da violência no ambiente escolar, faz parte de um projeto autoritário de poder, que impõe uma maneira de pensar o mundo, um padrão comportamental e até mesmo um padrão estético.

Ainda que Bolsonaro cumpra sua promessa de campanha de implantar um colégio militar em cada capital do país, o que veremos será o investimento de recursos públicos em pouquíssimos colégios destinados a poucos estudantes, enquanto a educação básica pública continuará padecendo por falta de investimentos.



Isso nos permite concluir que, paralelamente à implantação de colégios militares nas capitais do país, a militarização das escolas públicas de educação básica representará tão somente a intervenção militar no ambiente escolar, uma vez que não pressupõe uma política consistente de valorização dos profissionais da educação, nem tampouco de ampliação dos investimentos na infraestrutura das escolas públicas.

Você que está nos lendo: acha que um ambiente militarizado é a solução para os problemas que sua escola enfrenta? Ou, na verdade, deveríamos ter mais liberdade, um ambiente escolar mais agradável, um currículo que nos ensine a pensar e não a simplesmente obedecer a professoras e professores com um salário digno? Se você concorda que é a segunda opção, então, estamos juntos na defesa de uma escola pública, democrática, de qualidade e socialmente referenciada.